



Governo do Distrito Federal
Defensoria Pública do Distrito Federal
Diretoria de Compras e Contratações
Gerência de Compras e Contratações

Termo de Referência n.º 26/2026 - DPDF/SUAG/UNILOG/DCC/GCC

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de **SEGURO VEICULAR** para a frota da Defensoria Pública do Distrito Federal, por meio de **Pregão Eletrônico**, conforme quantitativos e especificações técnicas do presente Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF possui veículos incorporados ao seu patrimônio, os quais são utilizados de forma contínua no desempenho das atividades administrativas e finalísticas da instituição, especialmente no transporte de materiais de expediente, processos administrativos, materiais de consumo e no deslocamento de servidores e colaboradores para atendimento das demandas institucionais.

2.2. A utilização frequente da frota institucional implica exposição permanente a riscos inerentes à circulação em vias urbanas e rodoviárias, tais como acidentes de trânsito, colisões, incêndios, roubos, furtos e danos decorrentes de eventos da natureza. Tais ocorrências podem resultar em prejuízos patrimoniais relevantes, além de comprometer a continuidade das atividades desempenhadas pela instituição.

2.3. Conforme levantamento realizado pela Gerência de Transportes da DPDF (GETRAN/DPDF), verificou-se que a frota institucional está sujeita a diferentes tipos de sinistros, bem como a iminência do encerramento da cobertura securitária vigente que contemple a proteção patrimonial dos veículos e a prestação de serviços de assistência veicular 24 (vinte e quatro) horas, tais como reboque por guincho, socorro mecânico e demais suportes emergenciais.

2.4. Ressalta-se, ainda, que o Contrato de Prestação de Serviços nº 014/2021 (65666030), referente ao seguro veicular da frota institucional, está prestes a ter sua vigência encerrada, circunstância que torna necessária a adoção de providências administrativas para a realização de nova contratação, de modo a assegurar a continuidade da proteção patrimonial dos veículos pertencentes ao órgão.

2.5. Nesse sentido, foi elaborado o Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 6/2025 - DPDF/SUAG/UNILOG/DISEG doc. ID 173867138, e o Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 3/2026 doc. ID 193819307, com o objetivo de avaliar o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, em que se apurou o seguinte cenário:

2.5.1. Problemas a serem resolvidos sob a perspectiva do interesse público:

- 2.5.1.1. risco patrimonial sem cobertura;
- 2.5.1.2. impacto financeiro por sinistros;
- 2.5.1.3. possível paralisação de atividades institucionais;
- 2.5.1.4. término do contrato vigente de seguro.

2.5.2. Motivo dos problemas a serem resolvidos:

- 2.5.2.1. Necessidade de continuidade da cobertura securitária da frota institucional.

2.5.3. Objetivos gerais imediatos da aquisição:

- 2.5.3.1. garantir indenização por sinistros;
- 2.5.3.2. proteger terceiros;
- 2.5.3.3. preservar a capacidade operacional da DPDF.

2.5.4. Da relação entre a demanda e os quantitativos apurados:

2.5.4.1. Objetivando um dimensionamento adequado da contratação, o quantitativo foi determinado com base na frota atualmente existente na Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, que perfaz **26 (vinte e seis) veículos**, conforme especificações constantes no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

2.5.4.2. Considerando que a frota institucional pode sofrer alterações ao longo da vigência contratual, em razão de aquisições, substituições ou incorporações de novos veículos, estima-se a possibilidade de ampliação da frota para até **29 (vinte e nove) veículos** durante o período de execução do contrato.

2.6. Dessa forma, fica prevista a possibilidade de inclusão de veículos adicionais na apólice de seguro, mediante endosso, observadas as mesmas condições, coberturas e critérios estabelecidos na contratação. O valor do prêmio correspondente será calculado de forma proporcional ao período remanescente de vigência da apólice, considerando as características do veículo incluído e as condições originalmente contratadas.

2.7. Tal previsão visa conferir flexibilidade administrativa à gestão da frota institucional, assegurando a continuidade da cobertura securitária mesmo diante de eventuais alterações patrimoniais, sem prejuízo da economicidade e da adequada gestão contratual.

2.8. A ausência de cobertura securitária transfere integralmente ao erário os custos decorrentes de eventuais sinistros envolvendo os veículos institucionais, podendo gerar despesas imprevisíveis e de elevado impacto financeiro, além de eventuais responsabilizações civis e administrativas. Ademais, a indisponibilidade de veículos decorrente de acidentes ou danos não cobertos pode comprometer a execução regular das atividades institucionais, afetando diretamente a prestação dos serviços públicos.

2.9. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro veicular mostra-se medida necessária e adequada para mitigar riscos patrimoniais e operacionais, promover maior previsibilidade orçamentária e assegurar a continuidade das atividades institucionais da Defensoria Pública do Distrito Federal.

2.10. A presente contratação encontra respaldo nos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133 de 2021, que estabelece a necessidade de que as contratações públicas sejam devidamente motivadas e fundamentadas em critérios técnicos que assegurem a adequada gestão dos recursos públicos e a mitigação de riscos administrativos, operacionais e patrimoniais.

2.11. Sob a perspectiva da gestão de riscos, a contratação de seguro veicular constitui medida preventiva que visa proteger o patrimônio público e reduzir potenciais impactos financeiros decorrentes de sinistros. Trata-se de instrumento de gestão que permite à Administração Pública transferir à seguradora parte dos riscos associados à utilização da frota institucional, evitando dispêndios extraordinários e garantindo maior estabilidade no planejamento orçamentário.

2.12. Além disso, a contratação contribui para a manutenção da disponibilidade da frota institucional, assegurando maior eficiência na execução das atividades administrativas e operacionais do órgão, bem como maior segurança aos condutores e passageiros que utilizam os veículos institucionais.

- 2.13. Diante do exposto, a contratação de serviços de seguro veicular revela-se medida necessária, adequada e alinhada às boas práticas de gestão pública, contribuindo para a preservação do patrimônio institucional, a mitigação de riscos financeiros e operacionais e a continuidade da prestação dos serviços públicos realizados pela Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF.
- 2.14. Desse modo, por todo exposto e considerando que a presente demanda está diretamente alinhada com o Plano de Compras Anual - PCA 2026, elaborado pela DPDF, sob o código ID 28309, em atendimento aos termos da Portaria n.º 412, de 07 de outubro de 2024, publicada no DODF n.º 195, de 10 de outubro de 2024, justifica-se a aquisição.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de seguro veicular para a frota oficial desta Defensoria, compreendendo cobertura securitária para **26 (vinte e seis) veículos**, conforme especificações técnicas, características e valores constantes no **ANEXO I do presente Termo de Referência**.
- 3.2. A contratação visa assegurar a proteção patrimonial da frota institucional, bem como garantir suporte operacional em situações de emergência, reduzindo riscos financeiros decorrentes de sinistros e assegurando a continuidade das atividades administrativas e finalísticas da instituição.
- 3.3. Considerando que a frota institucional pode sofrer alterações ao longo da vigência contratual, em razão de aquisições, substituições ou incorporações patrimoniais, estima-se a possibilidade de ampliação da frota para até **29 (vinte e nove) veículos** durante a vigência do contrato.
- 3.4. Dessa forma, o contrato deverá prever a possibilidade de inclusão de veículos adicionais, observadas as mesmas condições de cobertura, limites de indenização e critérios estabelecidos na apólice originalmente contratada.

ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	CATSER
1	Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de seguro automotivo total da frota da Defensoria Pública do Distrito Federal.	Serviço	22764

- 3.5. As especificações dos serviços basearam-se nas especificações predominantes de catálogo eletrônico **CATSER** do SIASG do Governo Federal, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.
- 3.6. Havendo divergência entre o Código **CATSER** e o descritivo do Termo de Referência, prevalece a descrição/especificações do Termo de Referência.

3.7. DAS ESPECIFICAÇÕES DE COBERTURA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 3.7.1. O seguro contratado abrange coberturas básica compreensiva e serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme as seguintes especificações:

Cobertura básica compreensiva	<ul style="list-style-type: none">Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros (de qualquer causa);Raio e suas consequências;Queda em precipícios ou pontes;Queda de agentes externos sobre o veículo;Acidente durante o transporte do veículo segurado, por veículos próprios e/ou de terceiros, devidamente equipados e licenciados para o transporte de carga;Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsoloGranizo, furacão e terremotoGarantia adicional de vidros, parabrisas, faróis e lanternasCobertura de vidros (troca e/ou reparo do para-brisas e dos vidros laterais e traseiro, retrovisores, lentes e faróis)Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependênciasAcessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;Atos involuntários praticados por terceiros;Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF;
Serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas	<p>Deve ser acionada na impossibilidade de locomoção de veículo por razão de acidente, pane mecânica, avarias nos pneus, sem cobranças de taxas extras, sem limite de quilometram, <u>sem aplicações de franquias e taxas</u>, via serviço:</p> <ul style="list-style-type: none">Chaveiro;Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo;Socorro mecânico emergencial no local do acidente;Reboque do veículo, por meio de serviço de guincho, sem ônus para o segurado, à distância mínima de 200 Km;Troca de pneus;Troca de bateria;Envio de combustível;Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão;Carro reserva: NÃO aplicável <p>Período: 07 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas;</p> <p>Abrangência: todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras.</p> <p>Suporte Exclusivo: representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo a Gerência de Transportes – GETRAN/DPDF.</p>

3.8. DO VALOR DE MERCADO REFERENCIADO:

- 3.8.1. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site .

3.8.2. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

3.8.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela CONTRATANTE, independentemente da quilometragem rodada no período.

3.8.4. Entende-se por valor de veículo novo o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

3.9. DA AVARIA

3.9.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

3.9.2. Após procedimento de recuperação pela DPDF durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

3.9.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

3.9.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

3.9.5. Havendo vistoria, o laudo deverá ser emitido em 2 (duas) vias, uma das quais será entregue à DPDF.

3.9.6. O encaminhamento do documento para pagamento do prêmio de seguro configurará o desinteresse da seguradora em realizar a vistoria, independente de comunicação nesse sentido.

4. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

4.1. DA NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO COMUM

4.1.1. Os serviços da contratação se enquadram na definição de serviço comum, em razão de se tratar de objeto com características e especificações usuais de mercado e padronização por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado, conforme previsão no inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.2. Os serviços contratados caracterizam-se como contínuos, em razão da necessidade de manutenção da atividade administrativa, decorrente de demandas permanentes e prolongadas relacionadas à Gestão de Frotas da DPDF.

4.2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.2.1. A contratação fundamenta-se no disposto no art. 6º, inciso XLI, combinado com o art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 44.330/2023, bem como demais normativos constante no Instrumento Convocatório.

4.3. MODO DE DISPUTA

4.3.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, nos termos do Art. 56, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

4.4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.4.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item único**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

4.4.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste Termo de Referência, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 59, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

4.4.3. Para fins de análise da vantajosidade, será exigido que os valores unitários dos prêmios de cada veículo que compõem a solução não ultrapassem os valores estimados individualmente neste Termo de Referência. O descumprimento desta condição acarretará a desclassificação da proposta, mesmo que o valor total do grupo esteja dentro do limite estimado.

4.5. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

4.5.1. O parcelamento do objeto não se aplica ao presente caso, pois caso se optasse pela individualização dos serviços ocorreria o encarecimento do seguro tendo em vista a grande variedade de características e especificidades dos veículos pertencentes à frota da DPDF (tais como: marca, modelo, tipo, ano de fabricação, finalidades de aplicação, variáveis como o comportamento e as principais qualidades do grupo de motoristas que dirigem os veículos (experiência de carteira, atividades que exercem, lugar onde os veículos serão guardados, etc.).

4.5.2. A opção pelo agrupamento do objeto em apenas 01 (um) item, ou seja, a contratação de um único seguro para a frota traz significativas vantagens econômicas para a Administração.

4.5.3. As empresas seguradoras costumam conceder uma série de benefícios quanto maior o número de veículos do cliente cobertos pelo contrato.

4.5.4. Destaca-se que a contratação de seguro da frota gera economia quando do pagamento da apólice, pois o valor será unificado, ou seja, será cobrado o valor de toda a frota. Logo, o documento será emitido apenas para um CNPJ com cobrança unificada no carnê de pagamentos.

4.5.5. A vantagem da cobrança unificada está na economia para o erário, permitindo a contratação dos melhores serviços afastando-se eventuais hipóteses de aceitação de riscos de alguns veículos.

4.5.6. Assim, o não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica pelas seguintes razões:

4.5.6.1. O gerenciamento realizado pela mesma gestão oferta maior nível de controle pela administração na execução do objeto do contrato;

4.5.6.2. Padronização das coberturas de sinistros;

4.5.6.3. Maior controle de prazos, em razão da concentração da responsabilidade pela execução do trabalho;

4.5.6.4. Economia de escala, numa redução de preços a serem pagos pela administração.

4.6. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.6.1. Será vedada a subcontratação, tendo em vista o vasto mercado consumidor apto a fornecer o objeto contratado, de modo que permissibilidade da hipótese incorreria em ofensa ao caráter competitivo da disputa pelo menor preço e em incentivo ao sistema burocrático, pela necessidade de gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública, em ofensa ao princípio da eficiência, consubstanciado no art. 37, caput, da CF/88.

4.7. DO CONSÓRCIO

4.7.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que os objetos a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado, caso admitida, poderia causar um dano a Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

4.8. DA PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE COOPERATIVA

4.8.1. Nos termos do regime jurídico aplicável às operações de seguro privado no Brasil, a participação de sociedades cooperativas no presente certame observará as disposições do [Decreto-Lei nº 73/1966](#), que disciplina a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Seguros Privados.

4.8.2. Conforme a referida norma, somente poderão operar seguros privados no país as pessoas jurídicas devidamente autorizadas pelo órgão regulador competente, integrante do Sistema Nacional de Seguros Privados, atualmente a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Assim, a participação no presente procedimento licitatório fica restrita às sociedades seguradoras regularmente constituídas e autorizadas a operar no ramo de seguro correspondente ao objeto da contratação.

4.8.3. Nesse contexto, admite-se a participação de sociedade cooperativa exclusivamente na hipótese de estar legalmente constituída como cooperativa de seguros e devidamente autorizada pela SUSEP para operar no ramo de seguro automóvel, devendo comprovar tal condição mediante a apresentação de documentação pertinente, incluindo a comprovação de autorização de funcionamento e regularidade perante o órgão regulador.

4.8.4. Não será admitida a participação de associações, cooperativas ou quaisquer outras entidades que ofereçam serviços de proteção patrimonial ou proteção veicular sem a devida autorização para operar como seguradora no âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados, uma vez que tais entidades não se enquadram no regime jurídico aplicável aos contratos de seguro.

4.8.5. A exigência ora estabelecida tem por finalidade assegurar que a contratação seja realizada com instituição devidamente habilitada e supervisionada pelo órgão regulador competente, garantindo a regularidade da operação securitária, a adequada cobertura dos riscos contratados e a proteção do interesse público.

4.9. DO AFASTAMENTO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO ME E EPP

4.9.1. Nos termos da Lei Complementar 123/2006, especialmente conforme disposto no art. 3º, §4º, inciso VIII, não se aplica o tratamento favorecido e diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte quando a atividade econômica exigir forma societária específica estabelecida em legislação própria.

4.9.2. No caso da presente contratação, cujo objeto consiste na prestação de serviços de seguro veicular, aplica-se a regulamentação do Sistema Nacional de Seguros Privados prevista no Decreto-Lei nº 73/1966, bem como as disposições do Código Civil Brasileiro, que estabelecem que as operações de seguro somente podem ser realizadas por sociedades devidamente autorizadas pelo órgão regulador competente.

4.9.3. Nos termos do art. 24 do referido Decreto-Lei, somente poderão operar no mercado de seguros privados as sociedades seguradoras ou cooperativas de seguros devidamente autorizadas pelo Poder Público, por meio da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observadas as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

4.9.4. Dessa forma, considerando que a atividade de seguro depende de autorização específica do órgão regulador e da constituição em forma societária própria para operar no mercado securitário, não se mostra aplicável, no presente certame, o tratamento diferenciado previsto para microempresas e empresas de pequeno porte.

4.9.5. Assim, a participação no certame ficará restrita às sociedades seguradoras ou cooperativas de seguros devidamente autorizadas a operar no ramo correspondente ao objeto da contratação, conforme regulamentação do Sistema Nacional de Seguros Privados e supervisão da SUSEP.

4.10. DA SUSTENTABILIDADE

4.10.1. A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, atendendo aos termos do Decreto Distrital nº 44.330/2023 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021.

4.10.2. Ademais, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96, parágrafo 1º, c/c art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. INSTRUMENTO CONTRATUAL

5.2.1. Nos termos do Título III, Capítulo I, art. 95, da Lei nº 14.133/2021, exigir-se-á formalização de instrumento contratual para a pretensa contratação.

5.2.2. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato.

5.3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021](#).

5.4. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.4.1. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021, vedada a modificação do objeto.

5.4.2. Havendo a necessidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5. DO REAJUSTE

- 5.5.1. O valor do contrato poderá ser reajustado, desde que solicitado pela contratada, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado, nos termos do §3º, do Art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.5.2. O índice a ser aplicado na data do reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, ou de outro índice que passe a substituí-lo.
- 5.5.3. A aplicação de novos reajustes deve considerar a data e os valores do reajuste anterior, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses.
- 5.5.4. A formalização de aditamento contratual sem a concessão do reajuste, ou sem a ressalva de sua análise futura, será considerada como renúncia ou preclusão lógica desse direito.
- 5.5.5. No caso de prorrogação, a CONTRATADA deverá aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com o estabelecido neste instrumento.
- 5.5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

5.6. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 5.6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

6. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato poderá ser extinto, nos termos dos artigos 137, 138 e 139, da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 6.1.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, de acordo com os art. 138, inciso I, c/c art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 6.1.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, conforme o art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 6.1.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial, nos termos do art. 138, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2. Nos casos de extinção contratual, caberá à CONTRATANTE execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos e a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.3. Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrada pela inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme o art. 115, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.4. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos dos incisos III, do Art 106, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**7.1. DAS CONDIÇÕES DE EMISSÃO DA APÓLICE**

- 7.1.1. A contratação do seguro resultará na emissão de uma **única apólice**, que ocorrerá por meio eletrônico, com assinatura eletrônica válida, não gerando custo para a CONTRATANTE.
- 7.1.2. Deverão constar na apólice as seguintes informações:
- 7.1.2.1. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- 7.1.2.2. Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
- 7.1.2.3. Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado (no caso 100%);
- 7.1.2.4. Prêmios discriminados por cobertura;
- 7.1.2.5. Limites de indenização por cobertura, aplicáveis ao modelo de veículo descrito no Anexo I do Termo de Referência, estabelecidos nos seguintes valores:
- a) Danos materiais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
- b) Danos corporais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
- 7.1.3. Bônus, quando houver, observando as condições presentes no subtítulo - Dos Bônus;
- 7.1.3.1. Franquia aplicável, observando os limites do Anexo III, do termo de referência;
- 7.1.3.2. Todas as coberturas básicas compreensivas previstas e Serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas previstos no Termo de Referência;
- 7.1.3.3. A CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos:

EVENTO	PRAZO/CONTAGEM
Disponibilização da apólice	Na data da assinatura do contrato.
Vigência da apólice	12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.
Verificação da conformidade da apólice e posterior confirmação de validade	Máximo de 05 (cinco) dias úteis após a disponibilização da referida apólice.

- 7.1.4. O início da vigência da apólice dar-se-á na data especificada acima, independentemente do pagamento do prêmio, conforme descrito no Guia de Orientação e Defesa do Consumidor, constante no sítio eletrônico da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- 7.1.5. O fato de a CONTRATADA deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

7.2. DA REGULAÇÃO DE SINISTRO

7.2.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação 0800 para aviso de sinistro.

7.2.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

7.2.3. Nos casos de sinistro que obriguem a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.

7.3. DO AVISO DE SINISTRO

7.3.1. Em casos de sinistros, a CONTRATANTE deverá:

7.3.1.1. Obter ocorrência policial;

7.3.1.2. Comunicar o sinistro, imediatamente, a CONTRATADA;

7.3.1.3. Atender às solicitações com o objetivo de aperfeiçoar o processo de regularização de sinistro, se for o caso, ou prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.3.2. O aviso de sinistro será realizado por meio do condutor do veículo, através de telefonema à Central da seguradora, em número que deverá constar em cartão, a ser distribuído pela seguradora, sendo um para cada veículo segurado.

7.3.3. O prazo para atendimento ao veículo sinistrado que necessitar de guincho e/ou encontrar-se vulnerável, de modo a expor o patrimônio a outros riscos, como o de arrombamento, será de até 1 (uma) hora, a contar do telefonema do condutor.

7.3.4. Após registro de sinistro, a CONTRATADA deverá realizar a vistoria, exame das causas e as circunstâncias a fim de proceder à liberação do serviço a ser executado.

7.3.5. O prazo para atendimento ao veículo que necessite de encaminhamento à oficina para reparos será de até 2 (dois) dias úteis.

7.3.6. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

7.3.7. Caso haja descumprimento do prazo estabelecido, a seguradora ficará sujeita a multa diária e penalidades previstas em lei.

7.4. DAS CONDIÇÕES DE INDENIZAÇÃO

7.4.1. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro contratadas, em todo o território nacional.

7.4.2. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

7.4.3. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

7.4.4. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela DPDF e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

7.4.5. Será caracterizada a **indenização integral** quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco) do valor referenciado.

7.4.6. Em caso de indenização integral, a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

7.4.7. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

7.5. PRAZO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES:

7.5.1. O prazo máximo para pagamento das indenizações observará os seguintes prazos e respectivas contagens:

EVENTO	PRAZO/CONTAGEM
Pagamento de indenizações em decorrência de sinistros em geral.	30 (trinta) dias, contados da data do sinistro, devidamente informado/documentado pela CONTRATANTE.
Pagamento de indenizações nos casos de roubo, furto ou incêndio	30 (trinta) dias, contados do aviso às autoridades policiais, desde que o veículo não tenha sido apreendido ou localizado oficialmente mediante comprovação hábil

7.6. DOS SALVADOS

7.6.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

7.6.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

7.7. DAS ALTERAÇÕES NA FROTA

7.7.1. Durante a vigência do contrato, poderá ocorrer inclusão, substituição ou exclusão de veículos da frota institucional, em decorrência de aquisições, alienações, baixas patrimoniais ou redistribuição de bens.

7.7.2. A inclusão ou exclusão de veículos será formalizada por meio de endosso na apólice de seguro, emitido pela seguradora contratada, mediante solicitação da Administração.

7.7.3. No caso de inclusão de novos veículos, o valor do prêmio será calculado de forma proporcional ao período remanescente de vigência da apólice (pro rata temporis), considerando as características do veículo incluído, tais como marca, modelo, ano de fabricação, valor de mercado e demais elementos necessários à adequada avaliação do risco.

7.7.4. Na hipótese de exclusão de veículos, deverá ser realizado o ajuste proporcional do prêmio, com eventual restituição de valores à Administração, quando aplicável.

7.7.5. As inclusões de veículos observarão o limite estimado de até 29 (vinte e nove) veículos segurados, sem prejuízo da manutenção das condições originalmente contratadas.

7.7.6. Tal previsão tem por objetivo conferir flexibilidade à gestão da frota institucional, garantindo a continuidade da cobertura securitária diante de eventuais alterações patrimoniais, sem comprometer a economicidade, a competitividade do certame e a adequada gestão contratual.

7.8. DA INCLUSÃO DE VEÍCULOS

7.8.1. Para que a seguradora promova a inclusão de novo veículo na apólice do seguro da frota e a CONTRATANTE pague o preço do prêmio correspondente, o fiscal técnico informará à CONTRATADA os dados do veículo (tipo, modelo, ano de fabricação, cor, placa, chassi e renavam, valor do bem) e solicitará que encaminhe orçamento contendo os preços do prêmio e das franquias, nos mesmos moldes estabelecidos neste Termo de Referência, atinentes à inclusão do automóvel, proporcionais ao período restante da vigência do contrato e da apólice.

7.8.2. Após recebimento da solicitação, a CONTRATADA deverá apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, orçamento compatível com o mercado segurador, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

7.8.3. O orçamento apresentado deverá conter os preços do prêmio e das franquias, nos mesmos moldes estabelecidos neste termo de referência.

7.8.4. A aferição da compatibilidade do orçamento apresentado será realizada por meio de pesquisa de preços, contendo no mínimo, 3 (três) preços válidos, conforme diretrizes do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e Portaria SEPLAG n.º 514 de 16/11/2018.

7.8.5. Caso a pesquisa de preços demonstre que os valores orçados não estão compatíveis com o valor de mercado, a CONTRATADA deverá ajustá-los para manter o valor igual ou menor ao estabelecido na pesquisa de preços.

7.8.6. Caso a inclusão se trate de tipo/modelo idêntico ao previsto no presente termo de referência e a proposta apresentada pela CONTRATADA ainda esteja válida, não será necessária nova orçamentação nem pesquisa de preços, devendo o fiscal técnico providenciar a emissão da Ordem de Serviço.

7.8.7. Após confirmada a aderência dos preços ofertados com aqueles praticados pelo mercado, o fiscal técnico do contrato providenciará formalizar a solicitação de inclusão do veículo na apólice mediante emissão de Ordem de Serviço, que deverá conter:

7.8.7.1. Os dados do (s) veículo (s) a ser (em) incluído (s): tipo, modelo, ano de fabricação, cor, placa, chassi e RENAVAM, valor do bem;

7.8.7.2. Valores dos preços do prêmio e das franquias proporcionais ao período restante da vigência do contrato e da apólice; e

7.8.7.3. Solicitação de inclusão.

7.8.8. Após formalização da inclusão, a CONTRATANTE providenciará o pagamento correspondente, conforme previsão do item 14 do presente Termo de Referência.

7.9. DA SUBSTITUIÇÃO DE VEÍCULOS

7.9.1. Para que a seguradora promova a substituição de veículo assegurado na apólice do seguro da frota, o fiscal técnico informará à CONTRATADA os dados dos veículos envolvidos e solicitará que encaminhe orçamento contendo os preços do prêmio e das franquias, nos mesmos moldes estabelecidos neste termo de referência, atinentes ao veículo a ser incluído, proporcionais ao período restante da vigência da apólice.

7.9.2. Ao receber o orçamento, o CONTRATANTE procederá o orçamento nos moldes do previsto no item 7.8.2 e 7.8.3.

7.9.3. Posteriormente serão realizados os procedimentos previstos no item 7.8.4 e 7.8.5.

7.9.4. Após confirmada a aderência dos preços ofertados com aqueles praticados pelo mercado, o fiscal técnico do contrato providenciará formalizar a solicitação de inclusão do veículo na apólice mediante emissão de Ordem de Serviço, que deverá conter:

7.9.4.1. Os dados do (s) veículo (s) a ser (em) substituído e substituto(s) : tipo, modelo, ano de fabricação, cor, placa, chassi e RENAVAM, valor do bem;

7.9.4.2. Valores dos preços do prêmio e das franquias proporcionais ao período restante da vigência do contrato e da apólice; e

7.9.4.3. Solicitação de substituição.

7.9.5. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

7.9.6. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, a Diretoria de Orçamento e Finanças desta DPDF.

7.9.7. Caso o preço do prêmio orçado se mostre maior que o anteriormente contratado, o CONTRATANTE realizará o pagamento da diferença.

7.9.8. A CONTRATADA não fará jus ao pagamento de qualquer tipo de multa, taxa, encargo ou emolumento pela substituição de qualquer veículo da apólice, exceto quanto à retenção dos valores relacionados a tributos, devidamente comprovados.

7.10. DA EXCLUSÃO DE VEÍCULOS

7.10.1. Para que a seguradora promova a exclusão de veículo na apólice do seguro da frota, o fiscal técnico emitirá Ordem de Serviço, que deverá conter:

7.10.1.1. Os dados do (s) veículo (s) a ser (em) excluído (s) : tipo, modelo, ano de fabricação, cor, placa, chassi e RENAVAM, valor do bem;

7.10.1.2. Valores dos preços do prêmio e das franquias proporcionais ao período restante da vigência do contrato e da apólice; e

7.10.1.3. Solicitação de exclusão.

7.10.2. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula: $X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde: X = Valor anual do prêmio por veículo; 12 = Número de meses; Y = Valor mensal do prêmio por veículo; Z = Número de meses restantes para o término da apólice; VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

7.10.3. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela CONTRATANTE à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

7.10.4. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

7.10.5. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU, devendo a CONTRATADA enviar recibo, devidamente quitado, a CONTRATANTE.

7.10.6. A CONTRATADA não fará jus ao pagamento de qualquer tipo de multa, taxa, encargo ou emolumento pela retirada de qualquer veículo da apólice, exceto quanto à retenção dos valores relacionados a tributos, devidamente comprovado.

7.11. DO ENDOSSO

7.11.1. Quaisquer alterações na apólice de seguro, como por exemplo: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pela CONTRATANTE, as quais serão processadas pela CONTRATADA, por meio de endosso.

7.11.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

7.11.3. A CONTRATADA deverá observar os seguintes prazos:

EVENTO	PRAZO/CONTAGEM
Inclusão por <u>endosso</u> ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, dentre outros	A CONTRATADA deve observar o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento do pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato
Solicitação de inclusão e/ou correções de dados, como placa de veículos, classe de bônus, dentre outros no caso de <u>endosso</u>	A CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer tempo

7.12. DOS BÔNUS

7.12.1. A CONTRATADA concederá à CONTRATANTE descontos nos prêmios, mediante concessão de bônus, que corresponde ao indicador de experiência do segurado, expresso em classes, representado pelo histórico de **renovações** de cada apólice/item. Este indicador representa a experiência do segurado em função dos sinistros indenizados e/ou sinistros avisados em aberto a cada período de um ano de vigência de seguro.

7.12.2. O sistema de bonificação é vinculado ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da CONTRATADA e será aplicado no momento da renovação do seguro ainda que seja contratada seguradora diversa.

7.12.3. As classes de bônus serão distribuídas em faixas que vão de 0 (zero) a 10 (dez).

7.12.4. No ato da primeira contratação de seguro veicular, a CONTRATANTE será vinculada à classe de bônus 0 (zero).

7.12.5. Será aplicado o sistema de bonificação à CONTRATANTE no caso de não ocorrência de sinistros durante a vigência do seguro, a partir de 12 meses de vigência contratual para cada veículo que compõe a frota, no ato da renovação do contrato de seguro, conforme critérios das condições gerais de seguro auto estabelecidos pela CONTRATADA e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), nos termos do art. 62, caput c/c art. 7º parágrafo único do Decreto Federal nº 60.459, de 13 de março de 1967.

7.12.6. Não haverá interferência de bonificação (perda de bônus) no caso de utilização de quaisquer serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas, pois estes não configuram sinistros.

7.13. REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.13.1. A execução do objeto será realizada de forma indireta, sob regime de empreitada por menor preço global.

7.14. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

7.14.1. Durante a execução do contrato não serão consideradas comunicações verbais.

7.14.2. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios, para ciência e providências.

7.14.3. Todas as comunicações que envolvam a execução do contrato, de uma parte à outra, serão consideradas como suficientes desde que efetuadas oficialmente via Sistema Eletrônico de Informação (SEI) ou qualquer outro meio que comprove o recebimento, como mensagens eletrônicas (e-mails).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;

8.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto;

8.3. Permitir e facilitar a vistoria dos veículos a serem segurados;

8.4. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias à plena cobertura dos seguros, objeto desta licitação;

8.5. Informar à CONTRATADA sempre que houver transferência de veículo;

8.6. Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as exigências e especificações para os produtos constantes no Termo de Referência;

8.7. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

8.8. Designar servidor ou comissão de servidores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, assim como para atestar a execução do objeto;

8.9. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente instrumento, no edital e no contrato, exercendo a fiscalização do fornecimento do objeto;

8.10. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

8.11. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante da CONTRATANTE;

8.12. Supervisionar o serviço e informar o que estiver fora da especificação e solicitar sua substituição, sem ônus para a CONTRATANTE.

8.13. Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, além de sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) que sejam compatíveis com o regime de Direito Público;

- 9.3. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;
- 9.4. Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado;
- 9.5. Indicar representante tecnicamente qualificado, bem como, nome para contato, telefones, e-mail, e outros recursos para contatos;
- 9.6. Garantir que em caso de o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se houver quitação do débito até a data do vencimento.
- 9.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- 9.8. Acatar as recomendações e as solicitações efetuadas pela fiscalização do ajuste, atinentes ao atendimento desta contratação;
- 9.9. Zelar pelo sigilo e pela segurança das informações a que tiver acesso, em decorrência da execução contratual;
- 9.10. Não utilizar o nome da DPDF, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos;
- 9.11. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que eventualmente lhe sejam aplicadas por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais;
- 9.12. Comunicar formalmente à CONTRATANTE quando verificar quaisquer condições inadequadas ao fornecimento ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato;
- 9.13. Fornecer à CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado;
- 9.14. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus representantes, inclusive por omissão destes, à CONTRATANTE ou a terceiros, nas dependências da CONTRATANTE;
- 9.15. Indicar formalmente preposto, visando estabelecimento de contatos com a CONTRATADA durante a vigência do contrato;
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em consonância com a Lei Distrital n.º 5.061, de 2013;
- 9.17. Cumprir as exigências de cadastro reserva previstas em lei, bem como em outras normas específicas, em atendimento ao art. 92, inciso XVII, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 9.18. Observar as diretrizes referentes às medidas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, conforme estabelecido no Decreto Distrital nº 44.701, de 5 de julho de 2023.

10. DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. Caberá ao executor ou comissão executora do contrato o acompanhamento e fiscalização da prestação de serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, em conformidade com o art. 117 c/c 140, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização da CONTRATANTE Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis e correta prestação de serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas;
- 10.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do objeto deverão ser tomadas pela autoridade competente da DPDF em tempo hábil para a adoção das medidas pertinentes.
- 10.5. Os servidores indicados deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;
- 10.6. A ação de fiscalização não reduzirá a total responsabilidade da CONTRATADA por eventuais erros ou omissões das quais decorram prejuízos à contratante ou a terceiros;
- 10.7. A execução do objeto contratado pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:
- 10.8. FISCAL DO CONTRATO: é o servidor, ou comissão de servidores, designados pela CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo do objeto.
- 10.9. PREPOSTO: funcionário representante da empresa CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e por atuar como interlocutor principal perante a CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

11. DO RECEBIMENTO

- 11.1. Em conformidade com o art. 140, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto da presente contratação será recebido da seguinte forma:
 - 11.1.1. PROVISORIAMENTE, no ato da prestação de serviços;
 - 11.1.2. DEFINITIVAMENTE, mediante “atesto” das Notas Fiscais, por servidor designado pela CONTRATANTE, em até **5 (cinco) dias úteis** após a apresentação das notas fiscais e comprovação de que o objeto foi entregue em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante justificativa, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 11.3. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou pela comissão, acarretará o não recebimento.
 - 11.3.1. O servidor ou a comissão discriminará em termo circunstanciado as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA, após o recebimento da notificação, obrigada a adotar as providências cabíveis, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades previstas no contrato administrativo e em lei.
 - 11.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
 - 11.5. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, danos aos bens ou instalações da CONTRATANTE, fica a CONTRATADA obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CONTRATANTE.

11.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil relacionada ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

12. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS)

12.1. A CONTRATANTE utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme Instrumento de Medição de Resultado (IMR), em consonância com as diretrizes da IN/MPOG 05/2017, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada, conforme **ANEXO V** do termo de referência.

12.2. O IMR terá caráter gerencial e de acompanhamento da execução contratual, não constituindo, por si só, mecanismo de condicionamento automático do pagamento do prêmio do seguro, em razão da natureza securitária do objeto contratado.

12.3. A avaliação dos serviços será realizada pelos fiscais do contrato, com base nos eventos ocorridos (tais como acionamento de sinistro, atendimento e execução de serviços acessórios), mediante registro formal no processo administrativo e elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento.

12.4. Os resultados obtidos por meio do IMR poderão subsidiar a adoção de medidas administrativas, tais como notificações, recomendações, registro de desempenho e, quando for o caso, a instauração de processo administrativo para aplicação de sanções, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. O Instrumento de Medição de Resultados foi elaborado de forma a atender às especificidades do objeto contratado, com foco na mensuração da qualidade dos serviços acessórios prestados, sem prejuízo das obrigações principais assumidas pela CONTRATADA.

13. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. DA HABILITAÇÃO

13.1.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista das participantes será especificada no Edital.

13.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.2.1. O fornecedor deverá apresentar:

13.2.2. Certidão (ou documento equivalente) da Superintendência de Seguros Privados -SUSEP, atestando a autorização e regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.

13.2.3. **1 (um) ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica**, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da empresa proponente, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta contratação.

13.2.3.1. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que a empresa já forneceu serviço de seguro ou similar, no mínimo 20% (vinte por cento) do objeto do Termo de Referência. Para tanto, deverá apresentar comprovação de execução de prestação de serviços de no mínimo 6 (seis) veículos, considerando os termos dos parágrafos 1º e 2º, do Art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2.3.2. Para os itens nos quais o percentual requerido apresente fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.

13.2.3.3. Será admitida a soma de diferentes atestados, desde que atendidas a quantidade mínima exigida.

13.2.3.4. É facultada à administração a realização de diligência para a confirmação da veracidade das informações constantes nos documentos exigidos no edital;

13.2.3.5. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

13.2.3.6. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

13.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.3.1. Deverá ser apresentada, nos termos do Art. 69, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3.1.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, mediante os seguintes critérios: LG - Liquidez Geral, LC - Liquidez Corrente e SG - Solvência Geral superiores a 1 (um), sendo os índices obtidos a partir das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{ELP})$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = \text{AC} / \text{PC}$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = \text{AT} / (\text{PC} + \text{ELP})$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

13.3.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

13.3.1.3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.3.1.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

13.3.1.5. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja no prazo de validade expresso na própria Certidão.

13.3.1.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.4. DA JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO

13.4.1. Nos termos do artigo 54, inciso IX, do Decreto 44.330/2023, e do artigo 18, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, a comprovação da qualificação técnica e econômica-financeira exigida se demonstra fator relevante para garantir eficiência e eficácia na execução contratual de objeto a ser contratado, considerando as características técnicas semelhantes e quantitativos gerenciados, a fim de evitar falhas na execução, rescisões e descontinuidades dos serviços.

13.5. DAS CONDIÇÕES DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTA

13.5.1. A Proposta Comercial deverá :

- 13.5.1.1. conter Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/fax, data, assinatura da última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da empresa (não poderá conter emendas, rasuras ou entrelinhas);
- 13.5.1.2. declarar que os preços propostos incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, mão-de-obra, materiais, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, fretes, embalagens, lucro, despesas acessórias e outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto.
- 13.5.1.3. informar valores em algarismo e por extenso em moeda nacional do **prêmio total**, que corresponde a prestação paga pela DPDP à seguradora, ou seja, o preço a ser pago por ter contratado os serviços de seguro da frota de veículos pelo período de 12 (doze) meses e **valores unitários e globais de franquia. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).**
- 13.5.1.4. A licitante poderá ofertar franquias de valores menores, desde que observado o valor máximo aceitável do anexo III do TR.
- 13.5.1.5. A planilha de custos unitários de franquias que compõe o modelo de proposta deve ser preenchida integralmente. Caso a proposta não exija a referida franquia, o campo correspondente deve ser preenchido com a informação "não exigido".
- 13.5.1.6. conter todas as garantias cobertas pelo seguro;
- 13.5.1.7. ser apresentada sem as cláusulas de perfil do segurado, tendo em vista que, no presente caso, a frota de veículos oficiais será conduzida, exclusivamente, por servidores devidamente habilitados e credenciados pela DPDP;
- 13.5.1.8. ser apresentada sem considerar questionário de avaliação de risco, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes ao objeto, visto às características peculiares do serviço e dos bens a serem segurados;
- 13.5.1.9. possuir prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura;
- 13.5.1.10. entregar a declaração de vistoria ou de abstenção, conforme os modelos propostos neste Termo de Referência.

13.6. REFERÊNCIAS PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

13.6.1. CONDIÇÃO DE DIMINUIÇÃO DE RISCO 1: INAPLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO - PERFIL

- 13.6.1.1. No presente caso, a frota de veículos oficiais são conduzidos, exclusivamente, por servidores devidamente habilitados e credenciados pela DPDP. Porém, ressalta-se que características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.
- 13.6.1.2. Sendo assim, na **formulação de preços** deverá ser levado em conta que os veículos segurados, de regra, pernoitam e permanecem durante os finais de semana e feriados em garagem privativa, coberta e guarnecida por vigilância ostensiva durante 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas. Todos os veículos que pernoitam em local diverso da sede da DPDP possuem autorização expressa da autoridade competente do órgão.
- 13.6.1.3. Entretanto, ressalta-se que, diante das características peculiares do serviço e dos bens a serem segurados, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes ao objeto.

13.6.2. CONDIÇÃO DE DIMINUIÇÃO DE RISCO 2: SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR

- 13.6.2.1. A **formulação de preços** deverá considerar que os veículos são protegida por serviços de **rastreamento e monitoramento** de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, com módulos rastreadores em comodato, a disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, nos termos do contrato nº 011/2020, formalizados entre a Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDP e a Empresa Edison Luiz Casas Pinto - ME.
- 13.6.2.2. Frisa-se que os serviços de monitoramento e rastreamento veicular contratados gerenciam a segurança dos veículos e seus ocupantes, bem como o posicionamento por satélite (GPS), localização e imobilização em tempo real, a partir da transmissão de dados de tecnologia GSM/GPRS/GPS.

13.6.3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 13.6.3.1. O CNPJ do órgão contratante é o 12.219.624/0001-83;
- 13.6.3.2. Os veículos possuem manutenção preventiva;
- 13.6.3.3. Os veículos são de propriedade deste órgão;
- 13.6.3.4. Em caso de imputação de responsabilidade após apurado em Sindicância, os motoristas participam do pagamento da franquia em caso de sinistro no qual o mesmo seja culpado;
- 13.6.3.5. Os veículos possuem logotipo com identificação do órgão;
- 13.6.3.6. Em caso de viagens dos veículos, os mesmos pernoitam em locais autorizados pela autoridade superior do órgão.

13.7. DA VISTORIA

- 13.7.1. A licitante interessada em vistoriar os veículos a serem segurados poderão comparecer a DPDP, no horário das 08:00 horas às 19:00 horas, de segunda à sexta em dias úteis, no Edifício Sede desta Defensoria, localizada no SIA Trecho 17, Rua 07, Lote 45, Bairro Zona Industrial Guará, Brasília - DF.
- 13.7.2. A Declaração de Vistoria, preenchida e assinada por representante da proponente, deverá ser anexada à proposta de preços nos termos do modelo constante no **Anexo VII**, do presente Termo.
- 13.7.3. A vistoria dos veículos constantes no Anexo I do Termo de Referência será acompanhada por servidor da DPDP e deverá ser marcada previamente com os senhores Antenor de Jesus Araújo Pereira ou Glauco Pontes Polonini por intermédio do telefone (61) 2196-4330 ou (61) 98127-1281 da Gerência de Transporte – GETRAN.
- 13.7.4. Caso a empresa optar em não realizar a vistoria, deverá declarar em sua proposta, nos termos do modelo presente no **Anexo VIII**, que se abstém da visita técnica e conhece todos os detalhes técnicos em relação aos locais e objeto da licitante. Nesse caso a empresa assumirá todo o ônus referente ao não

conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a prestação do seguro.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da **Nota Fiscal/Fatura**, desde que o documento de cobrança contenha todos os dados necessários, tais como nome da empresa, CNPJ, número da Nota de Empenho, dados bancários do fornecedor e descrição do objeto, e após apresentação da apólice de seguro da frota.

14.2. Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC/DF), a Receita Federal do Brasil, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas ou em situação irregular.

14.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.4. O pagamento somente será autorizado após os seguintes procedimentos:

- 14.4.1. Recebimento provisório e definitivo do objeto;
- 14.4.2. Atesto da nota fiscal;
- 14.4.3. Relatório de Execução Contratual.

14.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

14.6. Caso se constate o descumprimento de obrigações contratuais ou de manutenção das condições exigidas para pagamento poderá ser concedido um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

14.7. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

14.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.9. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, conforme Instrumento de Medição de Resultado, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.11. Decorridos 30 dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "*pro rata tempore*" do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

14.12. O pagamento será efetuado de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira prevista no Decreto Distrital nº 32.598/2010 e alterações posteriores.

14.13. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00, os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB, de acordo com o Decreto Distrital nº 32.767/2011.

14.14. As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em duas vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, as demais legislações pertinentes em decorrência de inadimplemento contratual.

15.2. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas infrações contidas no **art. 155, incisos de I a XII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quais sejam:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.3. Com fulcro no **art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021**, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 15.3.1. A sanção prevista no **inciso I**, dar-se-á quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 15.3.2. A sanção apresentada no **inciso II**, será calculada nos termos do §3º do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.5. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:
- I - 0,50% - por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 15% (quinze por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
 - II - 1% - por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;
 - III - 5% - sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;
 - IV - 15% - em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
 - V - até 30% sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
- 15.5.1. Quanto a sanção do **inciso III**, será aplicada quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 anos. (Art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 15.5.2. A respeito da sanção presente no **inciso IV**, será aplicada quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida Art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.5.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do §5º do Art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.5.4. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.5.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme o seu §7º, poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade multa.
- 15.5.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 15.5.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista neste instrumento.
- 15.5.8. A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 16.1. O valor total estimado para pretensa contratação é de **R\$ 27.784,57 (vinte e sete mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)** conforme pesquisa elaborada pela Gerência de Pesquisa de Preços (GERPR), cujo o resultado pode ser verificado no Mapa Comparativo de Preços doc. ID 200592973.
- 16.2. A estimativa de preços foi elaborada segundo o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Distrital nº 44.330/2023, **ANEXO II**.

17. DO PERCENTUAL DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA PAGAMENTO DE FRANQUIAS

- 17.1. Cumpre registrar que no caso de acionamento do seguro, a CONTRATANTE deverá custear os valores das franquias (que correspondem à participação financeira obrigatória do segurado, registrada na apólice).
- 17.2. Tendo em vista se tratar de evento futuro e incerto, sem parâmetros de contratação anterior, deverá a DPDF destinar uma **reserva anual orçamentária de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total sobre a somatória das franquias máximas aceitáveis** constantes no anexo III do termo de referência, que corresponde ao valor de **R\$ 55.822,42 (cinquenta e cinco mil oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos)** ou sobre o valor das franquias contratadas na apólice, caso apresente valor menor.

18. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Defensoria Pública do Distrito Federal, em conformidade com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.
- 18.2. O detalhamento da dotação orçamentária é aquele especificado no edital.

19. REGISTRO E PUBLICAÇÃO

- 19.1. A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela CONTRATANTE, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Distrito Federal, que deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura e de seus aditamentos, conforme art. 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20. DO FORO

- 20.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento da presente contratação.

21. DO COMBATE À CORRUPÇÃO

- 21.1. A CONTRATADA deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 21.2. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 21.3. O canal de comunicação em caso de incidentes de segurança será a Unidade Gestora da Lei Geral de Proteção de Dados (UGLPGD), por intermédio do endereço de correio eletrônico: uglpgd@defensoria.df.gov.br, bem como os fiscais e gestores responsáveis pela execução contratual.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste instrumento serão dirimidos pela CONTRATANTE, com fundamento na legislação aplicável à espécie, em especial, pelo Decreto -Lei n.º 73 de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais regulamentos relacionados.
- 22.2. Esta contratação deverá obedecer ao regramento presente no Decreto Distrital nº 39.860/2019 que dispõe sobre a proibição de participação, direta ou indiretamente, de licitação, contratação, execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela contratação.
- 22.3. Em atendimento ao §2º do Art. 3º do Decreto Distrital nº 32.751/2011, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal, deverá ser observada a proibição de contratação de familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito do mesmo órgão ou entidade.
- 22.4. Compõe o presente Termo de Referência os seguintes anexos:
- 22.4.1. Anexo I - Características Gerais da Frota;
- 22.4.2. Anexo II - Planilha Estimativa de Custo Unitário do Seguro;
- 22.4.3. Anexo III - Planilha Estimativa de Custo Unitário das Franquias;
- 22.4.4. Anexo IV - Modelo de Proposta;
- 22.4.5. Anexo V - Modelo de Índice de Medição de Resultados - IMR; e
- 22.4.6. Anexo VI - Modelo de Relatório de Execução Contratual.
- 22.4.7. Anexo VII - Declaração de Vistoria.
- 22.4.8. Anexo VIII - Declaração de ABStenção de Vistoria.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

INTEGRANTE REQUISITANTE

Assinado Eletronicamente

POLLYANA BARROS SAKAYO

Chefe da Unidade de Logística

INTEGRANTE TÉCNICO

Assinado Eletronicamente

ANTENOR DE JESUS ARAÚJO PEREIRA

Gerência de Transporte

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Assinado Eletronicamente

PRISCILLA PEREIRA MONTEZUMA

Gerente de Compras e Contratações

ANEXO I

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FROTA DE VEÍCULOS DPDF

N.º	VEÍCULO	ITENS DE SEGURANÇA	ANO/MODELO	COMBUSTÍVEL	PLACA	CHASSI	RENAVAM
1	CITROEN – C3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PBF – 4999	935SLHMZ1JB520318	01141451031
2	CITROEN – C3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PBF – 5000	935SLHMZ1JB520096	01141451759
3	CITROEN – C3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PBF – 5001	935SLHMZ1JB520098	01141452186

4	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PBF – 5002	935SLHMZ1JB520328	01141452666
5	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PBF – 5003	935SLHMZ1JB520320	01141453280
6	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PBF – 5004	935SLHMZ1JB520100	01141453760
7	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PBF – 5005	935SLHMZ1.113520334	01141454146
8	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PBF – 5006	935SLHMZ1JB520101	01141454642
9	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PBF – 5007	935SLHMZ1JB520326	01141455347
10	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PBF – 5008	935SLHMZ1JB520097	01141456696
11	CHEVROLET/CRUZE LT NB, 5P, 144 CV, cor preta	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção elétrica , Freios ABS , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador	2013/2014	Álcool/Gasolina	OVQ - 1543	9BGPB69M0EB193126	00597538115
12	CHERRY/CELER – 1.5 HB ACT , 5P,113 CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2018	Álcool/Gasolina	PAX – 3048	98RDB11B6JA000110	01122811257
13	FIAT STRADA – HD – WK 88CV, CAMINHONETE /c. aberta, 2P, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2017/2017	Álcool/Gasolina	PAX – 3078	9BD5781FFHY171338	01123543892
14	VOLARE W9	Direção hidráulica e ar condicionado.	2011/2011	Diesel	JIL - 0131	9PB40E3BC037163	0322042305
15	PEUGEOT/ BOX GREENCAR M02/MICROÔNIBUS, 2P, 127 CV, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2013/2014	Diesel s10	JKM - 1522	936ZCWMNCE117995	00996625194
16	FORD/CARGO 816 S - 5,8 T – 5 P, 162 CV –Caminhão/C. Fechada, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2013/2013	Diesel s10	OVQ - 1243	9BFVEADS9DBS54055	658495208
17	FIAT DUCATO VIATURE/MIS CAMIONETA, 6 P, 127 CV/001, cor branca	Air Bag Motorista , air bag passageiro , ar condicionado , direção hidráulica , travas elétricas de portas , vidros elétricos, rastreador.	2015/2016	Diesel s10	PAQ - 8492	93W245G3RG2157708	01083902218
18	GRAND SIENA - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, 5 P , cor branca	Air bag duplo, ar condicionado , protetor de cárter, cor branca, jogo de tapetes	2019/2020	álcool/gasolina	PAL - 1925	9BD19713HL3385387	1220298090

		emborrachados, equipamentos exigidos pelo CONTRAN, rastreador.					
19	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P, cor branca	Air bag duplo, ar condicionado , protetor de cárter, Freios ABS, cor branca, bancos dianteiros individuais, jogo de tapetes emborrachados, equipamentos exigidos pelo CONTRAN, rastreador.	2019/2020	álcool/gasolina	PAL - 0182	8AEGCNFNLG504910	1219397641
20	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P, cor branca	Air bag duplo, ar condicionado , protetor de cárter, Freios ABS, cor branca, bancos dianteiros individuais, jogo de tapetes emborrachados, equipamentos exigidos pelo CONTRAN, rastreador.	2019/2020	álcool/gasolina	PAL - 0183	8AEGCNFN8LG505012	1219396807
21	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - P , cor branca	Air bag duplo, ar condicionado , protetor de cárter, Freios ABS, cor branca, bancos dianteiros individuais, jogo de tapetes emborrachados, equipamentos exigidos pelo CONTRAN, rastreador.	2019/2019	álcool/gasolina	PAL - 0184	8AEGCNFN8KG523182	1219397153
22	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P, cor branca	Air bag duplo, ar condicionado , protetor de cárter, Freios ABS, cor branca, bancos dianteiros individuais, jogo de tapetes emborrachados, equipamentos exigidos pelo CONTRAN, rastreador.	2019/2020	álcool/gasolina	PAL - 0185	8AEGCNFN8LG504909	1219337274
23	GRAND SIENA - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, 5 P , cor branca	Air bag duplo, ar condicionado , protetor de cárter, cor branca, jogo de tapetes emborrachados, equipamentos exigidos pelo CONTRAN, rastreador.	2019/2020	álcool/gasolina	PAL - 1924	9BD19713HL3385381	1220297175
24	FORD TRANSIT	Air bag duplo, ar condicionado , protetor de cárter, cor branca, jogo de tapetes emborrachados, equipamentos exigidos pelo CONTRAN, rastreador.	2024/2024	Diesel	TUY7B85	WF0JTTBG2RU014587	01434784301
25	FORD TRANSIT	Air bag duplo, ar condicionado , protetor de cárter, cor branca, jogo de tapetes emborrachados, equipamentos exigidos pelo CONTRAN, rastreador.	2024/2024	Diesel	TUY7B86	WF0JTTBG8RU014089	01434784751
26	MITSUBISHI TRITON GL MT	Air bag duplo, ar condicionado , protetor de cárter, cor branca, jogo de tapetes emborrachados, equipamentos exigidos pelo CONTRAN, rastreador.	2026/2027	Diesel	UJL8E17	93XCJLC2TVCT13655	01480609096

ANEXO II

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DE UNITÁRIO DO SEGURO (Média e Mediana)

ITEM	VEÍCULOS	PLACA	RENAVAM	VALOR DO PRÊMIO
1	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	PBF - 4999	01141451031	R\$ 734,67
2	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5000	01141451759	R\$ 738,36
3	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5001	01141452186	R\$ 1.137,40
4	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5002	01141452666	R\$ 738,36
5	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5003	01141453280	R\$ 738,36
6	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5004	01141453760	R\$ 738,36
7	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5005	01141454146	R\$ 738,36
8	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5006	01141454642	R\$ 738,36
9	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5007	01141455347	R\$ 738,36

10	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5008	01141456696	R\$ 738,36
11	CHEVROLET/CRUZE LT NB, 5P, 144 CV, cor preta	OVQ - 1543	00597538115	R\$ 1.192,18
12	CHERRY/CELER – 1.5 HB ACT , 5P,113 CV, cor branca	PAX – 3048	01122811257	R\$ 667,60
13	FIAT STRADA – HD – WK 88CV, CAMINHONETE /c. aberta, 2P, cor branca	PAX – 3078	01123543892	R\$ 1.428,22
14	VOLARE W9 PASSAGEIRO ONIBUS, cor branca	JIL - 0131	0322042305	R\$ 941,92
15	PEUGEOT/ BOX GREENCAR M02/MICROÔNIBUS, 2P, 127 CV, cor branca	JKM - 1522	00996625194	R\$ 1.063,65
16	FORD/CARGO 816 S - 5,8 T – 5 P, 162 CV –Caminhão/C.Fechada, cor branca	OVQ - 1243	658495208	R\$ 1.654,44
17	FIAT DUCATO VIATURE/MIS CAMIONETA, 6 P, 127 CV/001, cor branca	PAQ - 8492	01083902218	R\$ 1.184,16
18	GRAND SIENA - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, 5 P , cor branca	PAL - 1925	1220298090	R\$ 769,31
19	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	PAL - 0182	1219397641	R\$ 1.483,76
20	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	PAL - 0183	1219396807	R\$ 1.483,76
21	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	PAL - 0184	1219397153	R\$ 867,89
22	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	PAL - 0185	1219337274	R\$ 1.483,76
23	GRAND SIENA - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, 5 P , cor branca	PAL - 1924	1220297175	R\$ 769,31
24	FORD TRANSIT 460 B - AT 18 PASSAGEIROS MICROONIBUS, cor branca	TUY7B85	01434784301	R\$ 1.364,42
25	FORD TRANSIT 460 B - AT 18 PASSAGEIROS MICROONIBUS, cor branca	TUY7B86	01434784751	R\$ 1.364,42
26	MITSUBISHI TRITON GL MT - Cabine dupla, cor branca	UJL8E17	01480609096	R\$ 2.286,82
TOTAL				R\$ 27.784,57

ANEXO III

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTO DE FRANQUIAS (Média e Mediana)

ITEM	VEÍCULOS	VALORES FRANQUIAS				
		CASCO	VIDROS			
			LANTERNAS E FARÓIS	RETROVISORES	VIDROS LATERAIS	PARABRISA TRASEIRO
1	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	R\$ 3.720,73	R\$ 379,33	R\$ 199,33	R\$ 154,00	R\$ 385,33
2	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	R\$ 3.720,73	R\$ 379,33	R\$ 186,67	R\$ 154,00	R\$ 403,67
3	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	R\$ 3.720,73	R\$ 379,33	R\$ 183,00	R\$ 157,33	R\$ 403,67
4	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	R\$ 3.720,73	R\$ 379,33	R\$ 186,67	R\$ 230,00	R\$ 403,67
5	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	R\$ 3.720,73	R\$ 379,33	R\$ 186,67	R\$ 230,00	R\$ 403,67
6	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	R\$ 3.720,73	R\$ 336,67	R\$ 186,67	R\$ 154,00	R\$ 403,67
7	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	R\$ 3.720,73	R\$ 336,67	R\$ 186,67	R\$ 154,00	R\$ 403,67
8	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	R\$ 3.720,73	R\$ 336,67	R\$ 186,67	R\$ 154,00	R\$ 403,67
9	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	R\$ 3.720,73	R\$ 336,67	R\$ 186,67	R\$ 154,00	R\$ 403,67
10	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	R\$ 3.720,73	R\$ 336,67	R\$ 186,67	R\$ 154,00	R\$ 403,67
11	CHEVROLET/CRUZE LT NB, 5P, 144 CV, cor preta	R\$ 3.729,87	R\$ 332,00	R\$ 303,67	R\$ 149,33	R\$ 372,33
12	CHERRY/CELER – 1.5 HB ACT , 5P,113 CV, cor branca	R\$ 3.269,13	R\$ 232,67	R\$ 257,33	R\$ 190,00	R\$ 445,33
13	FIAT STRADA – HD – WK 88CV, CAMINHONETE /c. aberta, 2P, cor branca	R\$ 3.617,93	R\$ 314,67	R\$ 117,33	R\$ 132,33	R\$ 182,00
14	VOLARE W9 PASSAGEIRO ONIBUS, cor branca	R\$ 13.242,27	R\$ 390,67	R\$ 519,33	R\$ 281,33	R\$ 469,00
15	PEUGEOT/ BOX GREENCAR M02/MICROÔNIBUS, 2P, 127 CV, cor branca	R\$ 14.752,40	R\$ 533,00	R\$ 243,00	R\$ 240,00	R\$ 443,00
16	FORD/CARGO 816 S - 5,8 T – 5 P, 162 CV –Caminhão/C. Fechada, cor branca	R\$ 16.943,87	R\$ 339,00	R\$ 364,33	R\$ 238,67	R\$ 396,00
17	FIAT DUCATO VIATURE/MIS CAMIONETA, 6 P, 127 CV/001, cor branca	R\$ 10.929,73	R\$ 483,33	R\$ 407,00	R\$ 274,33	R\$ 391,33
18	GRAND SIENA - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, 5 P , cor branca	R\$ 6.799,73	R\$ 287,00	R\$ 233,33	R\$ 232,00	R\$ 353,00
19	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	R\$ 3.790,07	R\$ 255,33	R\$ 155,67	R\$ 146,00	R\$ 332,00
20	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	R\$ 4.058,87	R\$ 607,33	R\$ 153,00	R\$ 150,00	R\$ 406,67
21	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	R\$ 4.058,87	R\$ 607,33	R\$ 153,00	R\$ 150,00	R\$ 406,67
22	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	R\$ 4.058,87	R\$ 411,33	R\$ 153,00	R\$ 150,00	R\$ 406,67
23	GRAND SIENA - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, 5 P , cor branca	R\$ 3.533,07	R\$ 480,67	R\$ 143,33	R\$ 142,00	R\$ 263,00
24	FORD TRANSIT 460 B - AT 18 PASSAGEIROS MICROONIBUS, cor branca	R\$ 17.956,67	R\$ 994,00	R\$ 429,33	R\$ 195,00	R\$ 400,67
25	FORD TRANSIT 460 B - AT 18 PASSAGEIROS MICROONIBUS, cor branca	R\$ 26.486,27	R\$ 766,67	R\$ 515,00	R\$ 198,67	R\$ 495,00
26	MITSUBISHI TRITON GL MT - Cabine dupla, cor branca	R\$ 14.522,60	R\$ 2.147,11	R\$ 425,74	R\$ 286,55	R\$ 488,38
Subtotal		R\$ 188.957,52	R\$ 12.762,11	R\$ 6.449,08	R\$ 4.851,54	R\$ 10.269,41
Total		R\$ 223.289,66				

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

À Defensoria Pública do Distrito Federal,

A empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com sede no endereço _____, na cidade de _____, atendendo à estimativa de preços para o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/202____, vem apresentar sua proposta preços, conforme as quantidades e especificações abaixo, para atendimento das necessidades da DPDF:

ITEM	DESCRIÇÃO	U.M.	Valor total (Prêmio)
1	Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de seguro veicular da frota da Defensoria Pública do Distrito Federal	Serviço	

PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS DOS VALORES DOS PRÊMIOS
(OBSERVADO OS LIMITES MÁXIMOS DO ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA)

ITEM	VEÍCULOS	PLACA	RENAVAM	VALOR DO PRÊMIO
1	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	PBF - 4999	01141451031	
2	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5000	01141451759	
3	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5001	01141452186	
4	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5002	01141452666	
5	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5003	01141453280	
6	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5004	01141453760	
7	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5005	01141454146	
8	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5006	01141454642	
9	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5007	01141455347	
10	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca	PBF – 5008	01141456696	
11	CHEVROLET/CRUZE LT NB, 5P, 144 CV, cor preta	OVQ - 1543	00597538115	
12	CHERRY/CELER – 1.5 HB ACT , 5P,113 CV, cor branca	PAX – 3048	01122811257	
13	FIAT STRADA – HD – WK 88CV, CAMINHONETE /c. aberta, 2P, cor branca	PAX – 3078	01123543892	
14	VOLARE W9 PASSAGEIRO ONIBUS, cor branca	JIL - 0131	0322042305	
15	PEUGEOT/ BOX GREENCAR M02/MICROÔNIBUS, 2P, 127 CV, cor branca	JKM - 1522	00996625194	
16	FORD/CARGO 816 S - 5,8 T – 5 P, 162 CV –Caminhão/C.Fechada, cor branca	OVQ - 1243	658495208	
17	FIAT DUCATO VIATURE/MIS CAMIONETA, 6 P, 127 CV/001, cor branca	PAQ - 8492	01083902218	
18	GRAND SIENA - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, 5 P , cor branca	PAL - 1925	1220298090	
19	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	PAL - 0182	1219397641	
20	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	PAL - 0183	1219396807	
21	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	PAL - 0184	1219397153	
21	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca	PAL - 0185	1219337274	
23	GRAND SIENA - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, 5 P , cor branca	PAL - 1924	1220297175	
24	FORD TRANSIT 460 B - AT 18 PASSAGEIROS MICROONIBUS, cor branca	TUY7B85	01434784301	
25	FORD TRANSIT 460 B - AT 18 PASSAGEIROS MICROONIBUS, cor branca	TUY7B86	01434784751	
26	MITSUBISHI TRITON GL MT - Cabine dupla, cor branca	UJL8E17	01480609096	
TOTAL				

PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS DE FRANQUIAS
(OBSERVADO OS LIMITES MÁXIMOS DO ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA)

ITEM	VEÍCULOS	VALORES FRANQUIAS			
		CASCO	VIDROS		
			LANTERNAS/FARÓIS	RETROVISORES	VIDROS LATERAIS PARABRISA DIANTEIRO E TRASEIRO
1	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca				
2	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca				
3	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 , 5 P, 90CV, cor branca				
4	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca				
5	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca				
6	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca				
7	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca				
8	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca				
9	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca				
10	CITROEN – C 3 PTECH M ORIG 1.2 ,5 P, 90CV, cor branca				
11	CHEVROLET/CRUZE LT NB, 5P, 144 CV, cor preta				
12	CHERRY/CELER – 1.5 HB ACT , 5P,113 CV, cor branca				
13	FIAT STRADA – HD – WK 88CV, CAMINHONETE /c. aberta, 2P, cor branca				
14	VOLARE W9 PASSAGEIRO ONIBUS, cor branca				
15	PEUGEOT/ BOX GREENCAR M02/MICROÔNIBUS, 2P, 127 CV, cor branca				
16	FORD/CARGO 816 S - 5,8 T – 5 P, 162 CV –Caminhão/C.Fechada, cor branca				
17	FIAT DUCATO VIATURE/MIS CAMIONETA, 6 P, 127 CV/001, cor branca				
18	GRAND SIENA - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, 5 P , cor branca				
19	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca				
20	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca				
21	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca				
22	PEUGEOT - PARTNER 1.6 - 3 P , cor branca				
23	GRAND SIENA - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4, 5 P , cor branca				

24	FORD TRANSIT 460 B - AT 18 PASSAGEIROS MICROONIBUS, cor branca				
25	FORD TRANSIT 460 B - AT 18 PASSAGEIROS MICROONIBUS, cor branca				
26	MITSUBISHI TRITON GL MT - Cabine dupla, cor branca				
SUBTOTAL					
TOTAL					

DECLARAÇÕES

A [NOME DA PROPONENTE] declara que os preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, garantias, lucro e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto do certame.

A [NOME DA PROPONENTE] declara que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770/12.

DADOS DO SOLICITANTE

Nome	Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF
CNPJ	12.219.624/0001-83
Endereço	SIA/SUL Trecho 17, Rua 07, Lote 45 – SIA, Brasília - DF, CEP 71.200-219
Telefone(s)	2196-4330
E-mail	getran@defensoria.df.gov.br

DADOS DO REPRESENTANTE

Nome da Empresa:/ Endereço:/ CEP:/ CNPJ:/ Telefone:/ Banco / Agência / Conta da Empresa:/ E-mail:.

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura.

Brasília - DF, ____ de _____ de 202__.

Representante Legal da Empresa

ANEXO V - MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

AVALIAÇÃO SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR CONTRATO Nº XXX/202X	
Início de Vigência Contratual ____/____/____	
INDICADOR	<u>N.º 1:</u> ATENDIMENTO E SUPORTE.
Finalidade	Avaliar a eficiência e disponibilidade dos canais de atendimento da seguradora e o suporte prestado à CONTRATANTE.
Meta a cumprir	Garantir atendimento contínuo, tempestivo e eficaz às demandas apresentadas.
Instrumento de medição	Condicional à verificação pela Comissão Executiva/Fiscais do Contrato, mediante registro formal das ocorrências.
Forma de acompanhamento	Por evento: <ul style="list-style-type: none"> Disponibilização dos canais de atendimento previstos; Tempo de resposta compatível com a urgência da demanda; Clareza e completude das informações prestadas; Necessidade de reiterações pela CONTRATANTE.
Periodicidade	Por evento (sinistro, atendimento ou acionamento de assistência).
INDICADOR	<u>N.º 2:</u> REGULAÇÃO DE SINISTROS
Finalidade	Avaliar a eficiência da seguradora na condução dos processos de sinistro, conforme obrigações contratuais.
Meta a cumprir	Cumprimento integral dos prazos e adequada condução da regulação de sinistros.
Instrumento de medição	Condicional à verificação pela Comissão Executiva/Fiscais do Contrato, mediante análise documental.
Forma de acompanhamento	Por evento (sinistro), tais como: <ul style="list-style-type: none"> Cumprimento dos prazos para vistoria; Adequação da indicação de oficinas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Tempestividade na autorização de reparos; • Observância das condições contratuais.
Periodicidade	Por sinistro.
INDICADOR	<u>N.º 3</u>: CUMPRIMENTO DE PRAZOS OPERACIONAIS
Finalidade	Avaliar o cumprimento dos prazos estabelecidos para execução dos serviços acessórios.
Meta a cumprir	100% de cumprimento dos prazos contratuais.
Instrumento de medição	Condicional à verificação pela Comissão Executora/Fiscais do Contrato, mediante registros formais.
Forma de acompanhamento	<p>Por evento, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento de guincho no prazo. • Encaminhamento à oficina no prazo. • Liberação de serviços dentro do prazo.
Periodicidade	Por evento.
Mecanismo de Registro e Avaliação	<p>Cada ocorrência de descumprimento será registrada formalmente no processo administrativo, com a devida ciência da CONTRATADA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.</p> <p>Classificação das ocorrências:</p> <p>I – Leve: impacto reduzido na execução contratual; II – Moderada: impacto relevante, com prejuízo operacional; III – Grave: comprometimento da execução contratual.</p>
Medidas Administrativas	<p>As ocorrências registradas poderão ensejar, conforme sua gravidade e reincidência:</p> <p>I – Notificação para correção de falhas; II – Registro de desempenho insatisfatório; III – Instauração de processo administrativo para aplicação de sanções; IV – Subsídio para decisão quanto à prorrogação contratual; V – Outras medidas previstas no contrato.</p>
Sanções	As sanções serão aplicadas conforme previsto no contrato e na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 155 a 163, mediante regular processo administrativo.
Observações	O IMR constitui instrumento de gestão e acompanhamento da execução contratual, servindo como base para tomada de decisões administrativas, sem prejuízo dos demais mecanismos legais de fiscalização.
Conclusão	
Data:	
Assinatura Fiscal do Contrato n.º ____/____	

ANEXO VI
MODELO DE RELATÓRIO DE PAGAMENTO

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

Relatório Circunstanciado n.º ____ de ____/____/____.

N.º Processo:

Contratada:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

OBJETO CONTRATADO

À SUAG com vistas à UNIORC

No exercício das atribuições expressas no art. 5º, da Portaria SGA nº 29, de 25/02/2004, nos termos da Ordem de Serviço SUAG/DPDF n.º 104, de 30 de Julho, de 2018 e tendo em vista a Ordem de Serviço SUAG/DPDF _____, publicada no DODF nº _____, que designou executor e suplente do respectivo contrato, com base no disposto no art. 117, caput, da Lei 14.133/2021, apresentamos o seguinte Relatório Circunstanciado:

Nota de Empenho n.º ____/____

Ata de Registro de Preços n.º ____/____

Pregão Eletrônico nº ____/____

Local(is) de prestação do serviço:

Justificativa da Contratação:

Valor Total do Contrato:

R\$ 00,00 (valor por extenso)

N.º da Fatura:

Valor da Fatura:

Mês de Referência da Fatura:

EXECUÇÃO CONTRATO:

O serviço foi executado conforme as condições previstas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência?	()SIM ()NÃO
Houve falhas a serem apontadas na execução do serviço pela contratada. <u>Em caso afirmativo, relacione:</u>	()SIM ()NÃO
Houve necessidade de Glosa conforme Instrumento de medição de resultados (IMR)? <u>Em caso afirmativo, relacione:</u>	()SIM ()NÃO
O serviço foi realizado de acordo com o previsto no contrato/NE? <u>Em caso negativo, relacione</u>	()SIM ()NÃO
A contratada cumpriu suas obrigações e responsabilidades? <u>Em caso negativo, relacione</u>	()SIM ()NÃO

Certidões de Regularidade Fiscal e Tributária

() Certificado de Regularidade do FGTS expedida pela CEF	Validade: ____/____/____
() Certidão Negativa de débitos da Fazenda Pública do DF, expedida pela Secretaria de Estado e Fazenda do DF	Validade: ____/____/____
() Certidão Negativa de débitos relativo aos Tributos Federais de Dívida Ativa da União	Validade ____/____/____
() Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida TST	Validade ____/____/____
Existem sugestões a serem apresentadas à SUAG. <u>Em caso afirmativo, relacione</u>	() SIM () NÃO

Acompanhamento do Saldo Contratual

Valor Inicial da Nota de Empenho:				R\$
Valor executado até a presente data				R\$
Saldo da Nota de Empenho:				R\$
N.º Nota/Fatura	Período de Referência:	Valor da Fatura/Nota Fiscal	Vencimento	Saldo Remanescente
Nº		R\$	____/____/____	R\$

OUTRAS INFORMAÇÕES PERTINENTES

Diante do exposto, segue a **Fatura/Nota Fiscal nº**, devidamente atestada por esta Comissão de Execução Contratual/Executor(es) e/ou co-Executor(es) do presente ajuste, tendo em vista que a efetiva prestação dos serviços contratados ocorreu nos moldes, (ou: considerando a falha na prestação do serviço acima descrita – pelo Instrumento de medição de resultados (IMR), tendo em vista a necessidade de glosa no valor de **R\$ (XXXX)** para adoção de providência indicadas na Ordem de Serviço SUAG/DPDF n.º 104, de 30 de Julho, de 2018.

Local, _____ de _____, de 202 ____.

Assinatura e Matrícula Fiscal Técnico

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE VISTORIA****DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro que a empresa____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida no(a) _____, na cidade de _____, estado _____, neste ato representada pelo seu representante legal, _____, inscrito no CPF (ou CRA) sob o n.º _____, tomou pleno conhecimento das condições para a prestação dos serviços constantes do objeto do Pregão Eletrônico n.º ____/20____, bem como de todas as particularidades e peculiaridades que cada posto, não podendo alegar no futuro desconhecimento do aqui tratado, para quaisquer fins e efeitos.

Por ser verdade, firmo a presente,

Local e data

Representante da Empresa

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA****DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA**

Declaro que a empresa____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida no(a) _____, na cidade de _____, estado _____, neste ato representada pelo seu representante legal, _____, inscrito no CPF (ou CRA) sob o n.º _____, ABSTÊM-SE de realizar a vistoria e está ciente que **não** poderá alegar desconhecimento das condições para a prestação dos serviços constantes do objeto do Pregão Eletrônico n.º ____/20____, bem como das dificuldades que poderão surgir e/ou detalhes necessários à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência.

Por ser verdade, firmo a presente,

Local e data

Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA PEREIRA MONTEZUMA - Matr.0246849-2, Gerente de Compras e Contratações**, em 30/04/2026, às 16:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **POLLYANA BARROS SAKAYO - Matr.0240728-0, Chefe da Unidade de Logística**, em 30/04/2026, às 17:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTENOR DE JESUS ARAUJO PEREIRA - Matr.0251676-4, Gerente de Transporte**, em 30/04/2026, às 17:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **201727467** código CRC= **3CCDFFC6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SIA Trecho 17 Rua 7 Lote 45 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 -
Telefone(s): 61-2196-4395
Sítio - www.defensoria.df.gov.br

00401-00001824/2026-31

Doc. SEI/GDF 201727467